

Introdução

O objetivo desta tese é o de refletir sobre a presença decisiva dos procedimentos de ficcionalização na estruturação de nossas categorias de conhecimento, verdade e realidade, para relativizar a idéia de que as ficções não são um atributo exclusivo da literatura.

As ficções, que não existem apenas como textos ficcionais, por representarem uma atividade modeladora, por serem possibilitadoras de realidades, presentificam-se, sobretudo na contemporaneidade, em todas as nossas formas de saber e de agir, permitindo colocar em causa a ficcionalidade do mundo, de nossas categorias de análise e do próprio estatuto dos fenômenos que observamos.

Dessa forma, esta tese pretende sustentar que as ficções não são um discurso rival ao da realidade, da verdade e do conhecimento científico e que, portanto, não podem ser entrincheiradas em acepções que as associam à ilusividade, à fraude, à mentira ou à falácia.

Considerando que não há nenhum fundamento primeiro a engendrar o conhecimento, a não ser a sua instância ficcional facultada pela ação possibilitadora do estético - uma categoria que será discutida a partir do recorte estabelecido pelo filósofo Wolfgang Iser -, verdade, conhecimento e realidade serão problematizados no marco das leis da ficção, em virtude da modelagem que realizam no material do mundo, forjando, alterando e intermediando nossas relações individuais e coletivas, além de organizarem os repertórios culturais das sociedades e sistematizá-los em modelos a serem compartilhados.

O conhecimento e a verdade, por sua textura ficcional, passam à condição de categorias estéticas, o que nos remete à compreensão da ciência como um campo de estetização que opera com noções e conceitos conhecidos e disponibilizados pela arte. Pelo ângulo dos processos de estetização epistemológica em articulação com a produção, na atualidade, de ficções sociais, culturais e midiático-tecnológicas, observa-se o quanto nosso entendimento do que vem a ser realidade e ficção pode ser questionado. Além disso, a partir das experiências e contrapartes que ensejam, a exemplo dos conceitos de simulação e

de virtualidade - é possível também afirmar o quanto não vivemos no registro de uma única realidade, mas numa rede de multi-realidades, engendradas pela atividade possibilitadora das ficções.

Tais redes indiciam a formação de novos mapas culturais que assinalam diferenças nas formas de sentir, ver e compreender a realidade, sugerindo à atividade teórico-científica uma ação interdisciplinar para viabilizar uma compreensão sistêmica e complementar dos modos de produção do conhecimento do mundo e da realidade, assim como a necessidade do desenvolvimento de uma cultura estética sensível a essas diferenças.

Nesse sentido, o saber construído pelas ficções literárias aparece como um elemento privilegiado. Ao facultarem a possibilidade de nos experimentarmos esteticamente como outro pela ativação de uma relação específica com o imaginário, elas potencializam a (re)invenção do homem e do mundo, fabulando os seus destinos como diferença e como devir.

Por suas múltiplas configurações, pelos conteúdos que agenciam, por alterarem o conhecimento e a realidade, a temática das ficções (literárias) não apenas reivindica outros acordos semânticos fora dos eixos das oposições desqualificadoras a partir das quais possam ser pensadas, mas também encaminham como problema o redimensionamento de nossas relações com o conhecimento, com a verdade e com a realidade; enfim, com o próprio inventário de conceitos e valores que a cultura sistematiza.

Assim, as ficções (literárias) inscrevem-se, na contemporaneidade, como temáticas desafiadoras pelo estatuto de complexidade que anunciam, sobretudo, em face das mutações antropológicas protagonizadas pelas sociedades midiático-digitais. Uma vez que transpuseram irreversivelmente todas as fronteiras do mundo e da vida, e sendo a um só tempo fruto e raiz da práxis dos homens, as ficções ricocheteiam no centro da vida cotidiana, para problematizar a necessidade humana do fingimento.

1

Transbordamento das Ficções

As ficções vivem. Espraíam-se, além das margens da literatura, para escoarem no centro da realidade cotidiana. Da prática científica à política, da arquitetura urbana às tecnologias genéticas, da economia à publicidade, da mídia à epistemologia, exercitamos diariamente procedimentos de ficcionalização do mundo e da vida. Com sua atividade possibilitadora de alterar o material do mundo, desrealizando-o e revirando suas distinções, como um caleidoscópio, as ficções modelam e articulam realidades em cascata, compondo um arranjo de configurações imprevisíveis que lançam luz sobre o seu transbordamento na atualidade.

Embora associadas, na ordem do senso comum, apenas à imaginação literária e estando aprisionadas em acepções estigmatizadoras como ilusividade, falsificação, inverdade ou devaneio, as ficções ricochetearam de volta à realidade, revelando a força de sua presença em todas as nossas formas de saber e de agir e em tudo aquilo que nomeamos como verdade e realidade. Mais do que isso, sua tematização permite-nos perceber a inconsciência com que as vivemos e, por sua vez, o engano tanto sobre sua condição de atributo exclusivo da literatura quanto sobre sua qualidade de discurso rival do conhecimento e da verdade científica.

É em virtude dessa presença inesperada e perturbadora das ficções que se torna importante analisar as suas feições contemporâneas e o que agenciam, para compreendermos a complexidade de seus novos contornos e sua potência de conjunto temático interdisciplinar que oferece, em especial ao campo dos estudos literários, o desafio de uma problematização que o articula com a cultura e a política. Em outras palavras, pensar o transbordamento das ficções, no marco de uma instância modeladora e estetizadora da verdade e da realidade, corresponde, num primeiro momento, a refletir sobre a construção dos repertórios culturais das sociedades que sistematizam modelos de realidade admitidos como válidos, consoante as análises da teórica da literatura Heidrun Krieger Olinto (2003). Mas significa, também, conforme advoga o filósofo alemão Wolfgang Iser (1993,

1995, 2001), indagar sobre as possibilidades de desenvolvimento de uma cultura estética sensível às diferenças e à pluralidade.

Explique-se. Welsch postula uma compreensão do estético além de sua primeira linha semântica, a arte, porque na atualidade o estético não se manifesta apenas na estética. A arte não é mais o seu único *locus* privilegiado, uma vez que o estético se expandiu para o mundo diário, constituindo e determinando a cultura como um todo. Vivenciamos processos radicais de estetização¹ que compreendem desde os nossos posicionamentos práticos e orientações morais até a construção de nossas categorias do conhecimento; o estético presentifica-se tanto nos níveis da realidade material, condicionada pelas tecnologias e pelas mídias, quanto no da realidade imaterial, ou seja, na ordem da consciência e da percepção do mundo. Manifesta-se num nível superficial, embelezando a realidade e recobrando-a com a nobreza de uma aura estética que se estende do meio ambiente urbano aos produtos duvidosos despejados no mercado consumidor; dos corpos modelados e estilizados às regras de etiqueta; das tecnologias genéticas, que prometem à ficção da longividade, à realidade virtual em que se pode viver todas as possibilidades a uma distância segura. Mas há também uma estetização profunda que se dá no âmbito epistemológico: o conhecimento é também uma construção estetizada do mundo onde não vemos mais nem os primeiros nem os últimos fundamentos da realidade e da verdade, porque estas assumiram uma constituição que só sabíamos, até então, na arte, isto é, mobilidade, diversidade, flutuação, desestabilização tornaram-se também categorias básicas da verdade e da realidade.

É em função desse raio de abrangência que, para o filósofo, o estético se tornou "uma categoria-chave do nosso tempo" (WELSCH, 1993, p.43), não apenas por sua inclusão nos nossos modos de conhecer, mas por sua capacidade de alterar todo o caráter do conhecimento e da realidade. Um entendimento também partilhado pelo teórico da literatura Wolfgang Iser (2001, p.35-40) para quem o estético, hoje, faz seu caminho de retorno à cotidianidade, para assumir uma "imprevisível expansão em novos territórios da existência humana", após os "diversos entrincheiramentos semânticos" que o definiram, desde sua primeira abordagem sistemática realizada por Alexander von Baumgarten, em meados do

¹ O capítulo II, que trata da verdade e do conhecimento como categorias estéticas, apresentará com detalhe o conceito de estético postulado por Wolfgang Welsch.

século XVIII. Assim como Welsch, Wolfgang Iser sustenta que a condição modeladora do estético, que opera em quase tudo o que existe, impede seu confinamento nas fronteiras da obra de arte.

Pelo alargamento conceitual do estético, Wolfgang Welsch vislumbra a construção de uma cultura estética sensível às diferenças e à pluralidade, vale dizer, se de toda percepção compartilhada nasce, por um lado, um forte índice de realidade e o sentimento de que a ela pertencemos; ao mesmo tempo, por outro lado, surgem em nossa percepção áreas baldias, pontos cegos que negligenciam a presença simultânea de formas de referência distintas dos modelos por nós consensualizados como realidade.

Os paradigmas que nos asseguram a existência de uma realidade supostamente unívoca engolfam construções semântico-culturais consideradas marginais e as despejam, como ficções, nas latas de lixo das sociedades, tornando intrigante a paisagem sócio-cultural que daí resulta: criamos e vivemos ficções, atribuindo-lhes o estatuto de realidade, ou de um equivalente à verdade, e tudo o que não está incluso nesse critério é chamado de ficção como uma desqualificação, um sinal a menos. O desenvolvimento, pois, de uma sensibilidade estética para a diferença e a pluralidade diz respeito, na expressão de Welsch (1995, p.19), à formação de uma "cultura do ponto cego", isto é, à percepção de princípios e de lógicas desviantes na elaboração dos significados do mundo, sem que estes sejam tomados como um *déficit*, mas como uma diferença cultural; refere-se igualmente à assunção de um posicionamento contrário a quaisquer formas de imperialismo e de injustiça, assim como uma luta pela preservação de direitos fundamentais.

Desse modo, o estético se abre como um campo de possibilidades ilimitadas, ou como uma combinatória aberta, que promulga a diferença e a pluralidade como marcas distintivas do nosso tempo. Isso não significa que todos os procedimentos de estetização não sejam passíveis de crítica e que mereçam total aprovação, conforme se discutirá no capítulo posterior. Entretanto, desde já, é possível afirmar que as implicações sociais das práticas de estetização encontram argumentos substantivos para inevitabilidade do estético como fenômeno cultural que, por não se deixar circunscrever nas malhas de alguns domínios do conhecimento, exige um olhar interdisciplinar que faça jus a sua complexidade. Por conseqüência, uma análise de nossos procedimentos de

ficcionalização, ou de estetização, também pressupõe a tematização - tomando por empréstimo as palavras do teórico da literatura Siegfried J. Schmidt (1994, p.130) - de como “o conhecimento humano se relaciona com o conhecimento humano da realidade e não com a realidade em si”, já que esta é uma modelagem; portanto, uma ficção. Interessa, pois, que selecionamos e discriminamos esses ou aqueles significados para a formação das noções de verdade e realidade, pilares das orientações culturais que fundamentam a experiência subjetiva e objetiva do mundo.

Nessa perspectiva, as ficções são solo e, a um só tempo, as próprias estratégias da práxis humana que forjam e intermediam as relações com o meio em que habitamos. Assim, afirmar, por exemplo, a condição ficcional ou estética do conhecimento científico, da verdade e da realidade implica uma relativização de nossas tentativas de positivar o mundo e, conseqüentemente, de nossos esforços para lhe dar uma feição e um sentido unilaterais. Tais categorias, tradicionalmente disponibilizadas como absolutas, podem ser problematizadas no ângulo das leis estéticas da ficção, porque não há nenhum fundamento primeiro a engendrar o conhecimento científico, lembra-nos Wolfgang Iser (1993), senão a sua própria dimensão ficcional, apesar da pretensão objetivística e fundamentalística de que ele se reveste. Em razão disso, não passaria de ficção a posição de supremacia que a ciência ocupa em relação às diversas modalidades de construção de conhecimento; dentre elas as ficções literárias e as não literárias. Estas últimas - ainda de acordo com S. J. Schmidt (2002), existindo em profusão nas ofertas dos sistemas midiáticos e, acrescente-se, nas redes eletrônico-digitais interativas - vêm tensionando nossos entendimentos sobre a falsa dicotomia ficção/realidade, uma vez que oportunizam relações cada vez mais abstratas com o mundo referente.

Por meio da simulação digital e da realidade virtual, experimentamos a textura maleável, plural e cambiável da realidade, ou a sua dimensão ficcionalizada e estetizada, e não apenas o grau de desenvolvimento da infraestrutura física do universo informacional e de seus dispositivos comunicacionais. Além disso, esse ângulo da contemporaneidade também informa que talvez não estejamos, conforme sustenta Jean Baudrillard (1991) na esfera radical de simulacros, um processo em que a virulenta circulação do signo se converte em domínio e, posteriormente, em extermínio do real, cujo último estágio é ocupado

pelas simulações. Para o filósofo, nas sociedades primitivas o real e o signo encontravam-se perfeitamente relacionados, mas entre os séculos XV e XVII já é possível identificar a referência dos signos a significados determinados pelas noções de classe, de prestígio e de status, caracterizando-se dessa forma um período marcado por simulacros de primeira ordem. Com a revolução industrial, assistimos à produção de simulacros de segunda ordem, pela reprodução dos signos baseada nas lógicas do valor comercial. Na atualidade, com a invasão tecnológica e suas maquinarias que mimetizam a vida e o mundo, estaria configurada a chamada terceira ordem de simulacros, impelindo-nos o esvaziamento total dos sentidos. Diluído o referente, diluem-se também as linhas entre real/irreal, falso/verdadeiro, original/cópia, verdade/mentira, porque na ordem dos simulacros de terceira ordem, os sujeitos estariam a compartilhar apenas a alucinação da realidade imposta pelo virtual, que se vangloria de ter derrotado o pensamento histórico-crítico e toda e qualquer forma de articulação lógica da realidade.

Mas há de fato uma realidade? Que realidade genuína é essa que se esconde sob as fibras do virtual? Que, à semelhança de uma esfinge, parece guardar em seu âmago, conforme a imagem Baudrillard (2002a, p.86), um "segredo fundamental inacessível" e que de tanto se furtar de nós é inencontrável?

Se considerarmos que o conceito de virtual², no âmbito do recorte estabelecido pelo filósofo Pierre Lévy (1999, p.47), é toda entidade capaz de gerar diversas manifestações concretas, independentemente de estarem fixadas numa determinada coordenada espaço-temporal ou, em sentido mais estrito, "um tipo particular de simulação interativa que pode simular fielmente o mundo real, enriquecendo ou alterando seus modelos", não estaríamos diante de um procedimento de ficcionalização em que quanto mais a virtualização se expande em potência, multiplicam-se em quantidades e desenvolvem-se em variedade mundos possíveis que são encenados, cada qual, a seu modo particular, sem que haja nisso uma fraude? Sem que essa construtividade seja uma artificialidade embusteira produzida pela tecnicidade e pela virtualidade? Se considerarmos,

² No entendimento corrente, como a "realidade" pressupõe uma efetivação material, uma tangibilidade, a palavra virtual é muitas vezes empregada para designar a irrealidade e por isso, consoante Pierre Lévy (1999, p.47-48), a expressão "realidade virtual" acaba ganhando o efeito de um oxímoro, um passe de mágica misterioso", porque em geral se acredita que uma coisa deva ser real ou virtual; portanto, não pode possuir as duas qualidades ao mesmo tempo.

ainda, que, do ponto de vista filosófico, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual, tem-se que ambos são apenas dois modos diferentes da realidade, uma vez que a atualização é "criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e finalidades (...), uma produção de qualidades novas, um verdadeiro devir" (LÉVY, 1996, p.16-17).

Nesse plano específico, o debate se torna muito mais tenso, ao novamente recuperarmos as teses de Jean Baudrillard (2001a, 2001b), para quem a realidade, que é apenas um princípio ou um conceito e que não existiu desde sempre, demanda uma racionalidade para dizê-la, além de uma constelação de valores a implicar uma origem, um fim, um passado, um futuro e uma continuidade. No que respeita ao virtual, este não é o que está destinado a tornar-se ato, como entende Pierre Lévy, porque na contemporaneidade o virtual assumiu o lugar do próprio real, efetivando o mundo com sua dimensão definitiva e, ao mesmo tempo, sentenciando a dissolução deste. Para Baudrillard, tendo o virtual atingido esse ponto, não há mais um sujeito do pensamento e da ação, assim como todas as funções tradicionais - a crítica, a política, a sexual, as sociais - tornaram-se inúteis. Estaríamos, então, assistindo ao "crime perfeito" (2001b, p.60), ao assassinato do real, isto é, à redução de tudo a um princípio único do mundo, traduzido particularmente em todas as tecnologias, sobretudo, as do virtual.

"Sem cadáveres, sem vítimas, sem arma e sem que nenhum suspeito possa ser identificado" (2001a, p.70), a morte do real, paradoxalmente, deve-se ao excesso de realidade que provoca a sua própria terminalidade, tanto quanto o excesso de informação põe termo à comunicação. Em outras palavras, no mundo das tecnologias do virtual, vivemos um estado de privação do outro e das formas de alteridade, pois que tudo - a fantasia, os sonhos, as utopias - está condenado à erradicação, ao ser imediatamente realizado e operacionalizado pela tecnicidade eletrônico-digital.

Em Baudrillard (2001a, p.77), a chamada "ilusão vital", um conceito que lhe é caro, não se associa a uma idéia de negatividade, falácia ou fantasmagoria, mas à "impossibilidade radical de uma presença real das coisas e dos seres". Uma vez que a nada e a ninguém é dado estar exatamente presente, isto é, não se é exatamente real e idêntico nem e a si mesmo, nem para os outros, essa alteridade radical converte-se na única chance de vida para os homens pois, ao não sermos idênticos nem a nós mesmos, escapamos de um confronto com a morte, isto é,

com a verdade incondicional e a realidade absoluta das coisas e dos seres. Todavia, o filósofo reconhece que, embora uma reversão dessas perspectivas seja sempre possível, há no curso das ciências e das tecnologias modernas um insistente projeto de extermínio da ilusão vital. Por esse viés, a clonagem surge como uma estratégia para pôr fim ao jogo genético da diferença, metaforizando, dessa forma, a incapacidade humana de enfrentar a sua própria diversidade e complexidade, ou a sua própria alteridade. Radicalizando sua visão, ele compreende a clonagem biogeneticamente programada como uma espécie de solução final, uma aventura da artificialização dos seres humanos, para se atestar, no fim, a sobrevivência do que possa ser, de fato, designado como "humano". Prosseguindo, alinha, num primeiro momento, a cultura como "salvação", por guardar a possibilidade de nos diferenciar, mas em seguida, numa espécie de contramarcha, nega-lhe essa condição, tendo em vista que

é a cultura que nos clona, e a clonagem mental antecipa qualquer clonagem biológica. Ela é a matriz de traços adquiridos que, hoje, nos clonam culturalmente sob o signo do monopensamento - e são todas as diferenças inatas que são anuladas, inexoravelmente, pelas idéias, pelos estilos de vida, pelo contexto cultural. Por meio do sistema escolar, da mídia, da cultura e da informação de massa, seres singulares tornam-se cópias idênticas uns aos outros. É esse tipo de clonagem - clonagem social, a reprodução industrial das coisas e das pessoas - que torna possível a concepção biológica do genoma e da clonagem genética, que apenas sanciona a clonagem do comportamento humano e da cognição humana (BAUDRILLARD, 2001a, p.31).

Uma possibilidade de relativização dessa análise encontra-se na propositura da "cultura do ponto cego", de Wolfgang Iser. Por um lado, os processos de estetização superficial submetem a realidade a um "facelifting", para - poder-se-ia dizer- desrealizar suas diferenças, normatizar comportamentos e experiências e tornar amplamente visível e hegemônica a figura do homo-estético. Este, conforme assinala o teórico (1995, p.21), é uma figura-guia do nosso tempo: ele é sensível, hedonista, de gosto refinado, sabe que gosto é algo que não se discute e o que lhe dá segurança, em meio a todas as incertezas, é experimentar a vida à distância. E num mundo, conforme pensa Iser, onde as normas morais estão desaparecendo, a boa conduta à mesa, a escolha do copo correto e das boas companhias tornam-se uma espécie de competência estética que compensa o dano

causado pela ausência de normas morais. Além, portanto, de procedimentos de estetização superficial, aposta-se igualmente na valorização dessa competência estética que preenche, com a estetização das relações, o espaço vazio deixado pelo desaparecimento do homem dele mesmo, ou pela anulação de sua singularidade.

Então, nesse sentido a cultura, que na definição de Siegfried J. Schmidt (1994, p.118) equivale a um programa responsável pela manutenção dos "saberes coletivos que definem as esferas de realidade dos indivíduos", sendo ponto de referência de suas ações comunicativas, cognitivas e sociais, acaba de fato exercendo uma função de clonagem, de reprodutibilidade das convicções, valores e sistemas simbólicos. Ou, nos termos de Baudrillard, infunde o "monopensamento", cria indiferenciações que nos tornam "desaparecidos potenciais" (2002, p.63). Por outro lado, a cultura não apenas traduz, regula, sistematiza e reproduz soluções encontradas pela socialização, como forma de garantir a duração e a aplicação de seus programas normativos. Ela própria revela, no confronto com outros sistemas de saberes coletivos distintos e incompatíveis em relação aos da nossa referência, a dimensão de modelagem, de construtividade do mundo que, por sua vez, representa a chance de interromper a linha de montagem que reproduz em escala industrial pessoas e coisas de que fala Baudrillard.

Embora em concordância com as reflexões de S. J. Schmidt (1994) de que a realidade existe para os indivíduos como realidade cognoscida, ou seja, como algo experimentado - o que a torna visível e palpável -, é preciso lembrar, contudo, que ver essa realidade corresponde, também na mesma medida, a deixar de vê-la, porque em todo ver há um não ver, ou - repita-se - um ponto cego, uma área baldia. Aí se localizam as experiências na contramão da reprodução serial e das lógicas que nos submetem ao valor de uso e do valor de troca, à condição de mercadoria, e que nos transmutam nos "novos tipos de zumbi estilizados" imaginados por Welsch, ou nos "desaparecidos potenciais", de Baudrillard. São nessas áreas baldias que a cultura se desfaz como um instrumento da clonagem mental, para potencializar campos de diferenciação, de singularização dos sujeitos.

Ainda que o ângulo das tecnologias virtuais radicalizem o debate e exijam maior severidade reflexiva sobre o que ainda pode ser considerado válido, ou plausível, no nível das nossas noções de ficção e realidade, verdade e

conhecimento, se continuarmos a investigar, outras esferas também indiciam e confirmam o quanto nos relacionamos estética e ficcionalmente com o material do mundo. Assim, de acordo com Hubert Reeves (1996), diretor do laboratório de astrofísica de Saclay e integrante do *Centre de Recherche sur L'imaginaire*, da Universidade de Grenoble III, a Física, a partir das descobertas de Newton, corroboradas pelos cálculos dos astrônomos, reserva-nos uma experiência que transtorna nossas concepções de temporalidade, uma coordenada fundamental da realidade objetiva. A experiência de que fala Reeves refere-se ao fato de que "do ponto de vista ótico, somos contemporâneos do nosso passado" (1996, p.20), isto é, se entendemos que a emissão dos raios de uma estrela relativamente próxima só chegam a nós, após o transcurso de dezenas de anos, e se dispuséssemos de aparelhagens telescópicas suficientemente potentes, teríamos condições de ver no presente o que aconteceu a essa estrela durante a nossa infância. porque as imagens daquilo que fomos atingem, neste exato momento, um determinado ponto do universo; e se ainda nos fosse possível ultrapassar a velocidade da luz e nos transportarmos até esse ponto, poderíamos estranhamente, colocando-nos um pouco mais à frente de tais imagens, reviver nossas vidas ao contrário, pois que aquelas imagens emitidas mais antigamente seriam as primeiras a serem recebidas. A ótica, uma ciência da imagem, nos reserva, portanto, a dissolução de nossas ficções a respeito do tempo como uma flecha, cuja trajetória em linha reta, caminha em direção ao futuro.

Durante os séculos XVII ao XIX, houve, segundo Max Milner, outro pesquisador do *Centre de Recherche sur L'imaginaire*, a "conquista ótica do mundo", a partir da qual a ciência propalou a "sua vitória sobre a obscuridade das coisas" (1996, p.49). Em contrapartida, os mesmos instrumentos da ótica que apregoaram a visibilidade do mundo e o seu reflexo também ensejaram a desrealização deste e, ao mesmo tempo, o embaralhamento das coordenadas espaço-temporais resultantes das especulações sobre a velocidade da luz. O mundo que se expandia no olhar, revelando suas dimensões verdadeiras e situando o foco do conhecimento do homem, gradativamente tornou-se elástico e inobservável de um ponto de vista único, sobretudo após o advento da dança aleatória das partículas que hoje são coreografadas pela Física. Poder-se-ia pensar, em continuidade, no fascínio milenar dos espelhos - o mais simples dos instrumentos óticos - transformado na própria imagem-guia da ciência, uma vez

que uma parte significativa do que conhecemos obedeceu por muito tempo à primazia dos esquemas visuais. Nas palavras de Max Milner (1996, p.38), o grau de sistematização e de aperfeiçoamento alcançado pela ótica, no século XIX, "tornou-a, de alguma forma, o modelo de inteligibilidade racional, enquanto estariam por vir os questionamentos da física corpuscular e da teoria da relatividade".

A temática dos espelhos desdobra-se, além da física ótica, presentificando-se também na literatura. Veja-se o caso da estética barroca que os utilizou para problematizar os artifícios da ilusão, da inquietação nascente da fugacidade da vida e do desejo de transcendência. A expansão sem fim dos espelhos e sua potência desrealizante e modeladora, que tanto alimentaram a literatura, desempenha um papel particular no emblemático conto de Jorge Luis Borges, "Tlön, Uqbar, Orbi Tertius". Nele, o narrador atribui "à conjunção de um espelho e de uma enciclopédia o descobrimento de Uqbar", um lugar indocumentado, habitado por tigres de marfim e por metafísicos que não procuram a verdade, sequer a verossimilhança, mas o assombro" e que confunde os fios da realidade e da ficção de maneira insuspeita. No conto, atribui-se a um heresiarca daquele país fictício (?), a declaração de que há nos espelhos, "algo de abominável" (...), porque multiplicam o número de homens" (BORGES, 2001, p.31-32).

Multiplicar os homens e problematizá-los. Talvez resida aí o aspecto abominável dos espelhos, que transformam as condições da visão, que isolam o mundo real pela luz e pelo enquadramento que lhe damos, suscitando uma interiorização, muitas vezes angustiante, porque o refletido não uma reduplicação ou um reflexo do mundo exterior, antes refrata nossa condição estilhaçada em pluralidades, em identidades possíveis, em devir.

Conhecimento e verdade, por longo tempo, estiveram associados, portanto, à idéia de que a medida do olho era a medida do mundo, e é em razão disso que essas interseções nos remetem ao fato de que, além de uma articulação aos temas da literatura, da cultura e da política, há, na dimensão modeladora das ficções, uma instância que também faz colocar em causa a própria indefinição do estatuto dos fenômenos e, por seu turno, o caráter igualmente provisório de nossas categorias de análise. Noutros termos, o conhecimento - prática cujo destino efetivamente não é a verdade, mas a mediação entre os sujeitos e o mundo - é algo

que inventa, positivamente falsifica, esteticiza e submete todos os sistemas sociais à lógica das ficções.

Nesse sentido, em Nietzsche, uma reflexão importante também se desenvolve, no que respeita à articulação da verdade e do conhecimento forjados a partir das ficções. Em sua filosofia, situa-se tanto uma crítica à ciência, por sua pretensão de verdade, quanto à idéia da verdade como um valor superior. Na "Introdução teórica sobre a verdade e a mentira no sentido extra moral"(2001, p.71), lê-se:

Quando dou a definição de um mamífero e declaro, após ter examinado em camelo, "eis um mamífero", certamente revelei uma verdade, mas ela tem valor limitado (...) e não contém nenhum único ponto que seja "verdadeiro em si", real e válido universalmente, se abstrairmos o homem. Quem procura tais verdades não procura no fundo mais que a metamorfose do mundo nos homens, aspira a uma compreensão do mundo enquanto coisa humana e obtém, no melhor das hipóteses, o sentimento de uma assimilação".

Expressa é a impossibilidade, para Nietzsche, do estabelecimento rigoroso e sistemático de um conceito para a verdade, porque ela não é uma resultante da adequação da racionalidade à realidade, mas uma convenção cujo objetivo é viabilizar a vida social. Trata-se de uma ficção necessária aos homens; entretanto não admitida, porque - conforme o filósofo - há uma vontade de verdade, não no sentido de que algo seja verdadeiro, mas no de que seja sentido como tal. Assim, aprisionados nessa crença da existência de uma verdade, de um significado realmente real, tornamos o mundo mais firme, mais geral e mais conhecido.

No momento em que somos confrontados, como na atualidade, com as novas tecnologias que permitem a construção digital de universos virtuais, refletir sobre a visibilidade aparente do mundo tornada realidade leva-nos de modo quase irresistível à tese de que o real, ainda para nós uma grandeza ontológica, volatilizou-se e de que estamos afundados numa incapacidade de reabilitar a realidade, o que nos faz viver, observa Baudrillard (2001a, p. 71), uma "compulsão em direção à realização incondicional do real", à hiperrealidade, já que constatada a morte do real. Esse caminho reflexivo remete necessariamente a um problema epistemológico quanto à possibilidade da produção do conhecimento, porque, consoante o entendimento de Baudrillard, é o virtual que

nos pensa, clona e totaliza o real, parecendo assumir a condição de uma entidade extra-humana, de um outro ameaçador.

Quando verdade e realidade são inscritas numa outra ordem, quando compreendidas como construção, também o próprio projeto epistemológico está posto em questão, mas a partir de um outro marco, ou seja, o da crítica da verdade e do real como ideais supervalorizados. Nesse aspecto em especial, literatura e ciência converteram-se em duas ordens de conhecimento estranhas uma a outra; mas na bela imagem de Simone Vierende (1994, p.75), também uma pesquisadora do *Centre de Recherche sur l'imaginaire*, apesar de ambas guardarem "relações de tempestade, e às vezes perigosas até o divórcio, são como parceiros que não cessam de lançar-se olhares de desejo". A questão, todavia, é que não é nada simples configurar essa relação de proximidade, quando se pretende discuti-la no plano dos procedimentos de ficcionalização e estetização que literatura e ciência exercitam, em virtude do acervo de conhecimentos baseados nos critérios de verdade e realidade, historicamente calcificados nos hábitos do pensamento. Abrir mão de tais critérios corresponde a um deslocamento difícil, por sua condição de necessidade social humana, tanto quanto é difícil a compreensão de que o conhecimento guarda uma relação intrínseca com aquilo que lhe serve de motivação e lhe revela os pressupostos, vale dizer, com a vida e a práxis humanas.

Aspectos importantes surgem a partir dessas considerações. Como o mundo da vida cotidiana apresenta-se aos indivíduos de modo intenso, ainda que possamos intuir ou perceber a existência de realidades paralelas e múltiplas, é a realidade cotidiana que se apresenta imperiosa, assumindo a condição de realidade por excelência, ou de única realidade disponível. Na análise dos sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann (2003, p.41), a realidade da vida cotidiana, "que proclama a si mesma (...), simplesmente está aí como facticidade, evidente e compulsória." Sua problematização também demanda muitos esforços, porque a cotidianidade é preservada por uma dialética que a corporifica e lhe confere uma concretude tal, que a crença sobre a verdade de sua existência torna-se quase indestrutível. Segundo os sociólogos (2003, p.199), "da folhinha dos calendários aos relógios; do boletim meteorológico aos anúncios de "precisa-se", tudo nos assegura de que estamos no mundo mais real possível".

Ao criticar essa presença asfíxica da realidade e sua tangibilidade incontornável, Jean Baudrillard (2001b, p.31) chama-nos a atenção sobre o

fenômeno da obscenidade decorrente de tudo se tornar demasiadamente concreto e de estarmos superaproximados da realidade sempre imediatamente concreta, sempre hiperreal, e ratifica que a arte, esta sim, é capaz de produzir cenas do não real.

Nesse sentido, as ficções (literárias) desenham interseções, sugerem articulações e provocações problemáticas a respeito do seu lugar e de suas novas configurações no plano da realidade referente, sobretudo se destacarmos que essas experiências de partilha da realidade da vida cotidiana com outros indivíduos adquirem um acento especial na chamada interação face a face, a partir da qual derivam todos os demais casos de interação social. Aí também as supostas marcas definidoras da realidade e da ficção podem igualmente ser relativizadas, tendo em vista que o outro é apreendido por nós e vice-versa, num tempo presente por ambos compartilhado. Há, em função desse "aqui e agora", nessa temporalidade tão fundamentalmente comum aos partícipes, um intercâmbio entre as manifestações de ambos, e a expressividade de cada um é apreendida de modo igualmente acessível. Logo, no face a face, o outro é absolutamente real e sua presença física cravada numa temporalidade³ é o que lhe atribui os contornos de uma existência dotada de realidade. Além disso, embora tais noções estejam associadas às experiências pessoais, do ponto de vista lógico elas são criações livres da inteligência humana, instrumentos destinados a estabelecer uma ligação entre as experiências; entretanto não abandonamos nossas visões tradicionais, porque elas são absolutamente importantes ao sistema global de nossas referências cotidianas e talvez até por serem tão bem sucedidas na prática quanto o foram para as ciências naturais. Poderíamos, para ilustrar a permanência daquilo que é habitualmente disponibilizado pelas experiências e percepções pessoais, recorrer à clássica hipótese de Ptolomeu. Sabemos que ela é cientificamente "falsa" e, embora, como observa Umberto Eco (2003, p.272) "nossa inteligência seja copernicana, nossa percepção ainda é ptolomaica", uma vez que nos sentimos e nos vemos parados a assistir a trajetória do sol nascer, levantar-se e morrer todos os dias.

³ Sobre esse "aqui e agora", a teoria da relatividade geral e especial de Albert Einstein (1999, p.116), que aniquilou os conceitos de tempo e espaço, informa-nos que essas coordenadas não são universais imutáveis, nem são experimentadas de maneira idêntica por todos, além de terem se tornado categorias maleáveis, cuja forma e aparência dependem da situação do observador.

Ainda quanto à interação face a face, em que pese ela ser marcada por uma grande flexibilidade, de estar sujeita a contingências, e a imposição de padrões reguladores tornar-se relativamente difícil, a apreensão do outro ocorre por meio de esquemas tipificadores que, além de possibilitarem o acesso à subjetividade do outro pela presença de um máximo de sintomas, afetam reciprocamente as ações entre os indivíduos. No transcurso da interação, em razão da tensão entre flexibilidade e tipificação, processa-se uma constante negociação, ainda que previamente determinada. Esse dado nos envia à consideração de que as inter-relações na realidade cotidiana são duplamente tipificadas, tanto porque apreendemos o outro como um tipo, quanto porque interagimos numa situação que é por si mesma típica.

Nessa linha, vale ressaltar novamente o entrelaçamento dessa questão à tematização da cultura - escreve Heidrun Krieger Olinto (2003, p.73) - enquanto um "mecanismo de criação de uma ordem comunitária de estabilidade temporal e permanência temporal", tornando-se importante a "sua contraposição ao estranho, ao não pertinente e ao instável", razão por que considero importante insistir na tese do desenvolvimento de uma "cultura do ponto cego", que desmascara o estatuto ontológico da realidade e da verdade.

Na mesma proporção em que todos os processos de tipificação, ou noutros termos, todas as ordens de institucionalização acarretam uma "anonimidade" inicial dos indivíduos, em que o outro é apreendido como sendo portador de atributos que podem ser os de qualquer pessoa, sua dimensão atípica e única se dissolve, e à proporção que nos afastamos do face a face, a realidade objetiva da vida cotidiana confirma-se como uma sucessão de tipificações progressivamente anônimas que, somadas aos padrões recorrentes de interação por meio delas estabelecidos, constitui toda a estrutura social (BERGER; LUCKMANN, 2003, p.50-52). Alinhavando os processos de tipificação às redes simbólicas, unificadoras e legitimadoras de todas as ordens institucionais, sobrepõe-se a presença de uma única realidade, porque percebida e vivida de modo comum; o que de imediato parece negar a tese da pluralidade como traço distintivo do mundo. Mais significativo ainda é o fato de as instituições serem experimentadas como realidade objetiva, cuja existência é construída pela atividade humana.

Nesse ponto reside uma questão decisiva, isto é, a de que homem é capaz de produzir o mundo, mas o vive como um produto não humano; como uma

facticidade estranha. Processa-se uma relação invertida em nossa consciência, oriunda dessa dinâmica de reificações e, paradoxalmente, destacam Berger e Luckmann (2003, p.124), "o homem produz, uma realidade que o nega". Não obstante, mesmo apreendendo-a de forma reificada, continua a engendrá-la, cuidando, é claro, para que as experiências estranhas à realidade predominante da vida cotidiana não desestabilizem as rotinizações assimiladas e não arruinem o quadro global de suas referências.

A esse respeito Nietzsche (2001, p.72) já se pronunciara, ao afirmar que "o homem esquece de si como sujeito" e, ironicamente, essa é a razão de ele conseguir "viver com algum descanso, alguma segurança e alguma coerência". Amparado dentro dessas ordens institucionais, que, repita-se, constelam uma totalidade simbólica, é que ele se apropria das matrizes de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente sentidos como realidade. Dentro dela tudo ocupa o seu devido lugar, e cada um sabe o que lhe cabe viver, porque na hierarquização das experiências humanas, a primazia é outorgada às ordens institucionais, as quais, vale frisar, afirmaram-se como grandezas ontológicas.

As ficções literárias, na contramão das hierarquias e das tipificações das vivências, desempenham um papel ativador de experiências marginais; são como que um acesso às áreas baldias e aos pontos cegos de nossa percepção, se tomarmos a predominância dos conteúdos da realidade objetiva sobre quaisquer outros. Decalcando a imagem de Berger e Lukmann (2003, p.134), tais experiências facultadas pelas ficções literárias "constituem o lado noturno, que se conserva escondido agourentamente na periferia da consciência cotidiana". Em virtude de fingirem uma realidade inesperada, que anula as convenções presididas habitualmente pela percepção trivializada e reificada do mundo, as ficções literárias promovem um estilhaçamento da percepção da realidade, refratam o foco de verdade e de coerência do mundo e fazem emergir a incerteza, o desvio, a diferença e, assim, a pluralidade. Disso resulta a possibilidade de um distanciamento crítico em relação às cenas do mundo e às suas representações tipificadas, ou em outros termos, surge a oportunidade de novas formas de auto-referência, que se contrapõem às já positivadas. Pelo fato de as ficções literárias serem o único discurso capaz de pensar a si mesmo como ficção, elas articulam um saber específico que nasce exatamente do seu desnudamento. Conforme a reflexão precisa de Wolfgang Iser (1983, p.398),

as ficções não só existem como textos ficcionais; elas desempenham um papel importante tanto nas atividades do conhecimento, da ação e do comportamento, quanto no estabelecimento de instituições, de sociedades e de visões de mundo. De tais modalidades de ficção, as ficções do texto ficcional da literatura se diferenciam pelo desnudamento de sua ficcionalidade.

Há, no fragmento transcrito, dois aspectos relevantes para esta tese. Em primeiro lugar, o autodesnudamento da ficcionalidade do texto ficcional revela o seu descompromisso com a ratificação das verdades canonizadas e com os significados pragmatizados pela objetivação da realidade, porque o texto investe na construção de um mundo que exige do leitor a sua compreensão como um mundo "fingido", e é por meio desse discurso de fingimento que se opera a desestabilização do modelo representado. O auto desnudamento da ficcionalidade e a duplicidade lúdica, ainda consoante o raciocínio de Iser (1983, p.222-225), ou seja a possibilidade de experimentar esteticamente a ambigüidade entre o que é e o que não é, entre o possível e o impossível, e cuja referência são as próprias representações objetivadas do cotidiano, criam um espaço de riquezas semânticas que deslocam o sujeito de sua habitualidade e de toda a rede de naturalizações salvaguardadas pelas ordens institucionais. Esse efeito de duplicidade, que jamais alcança a repetição da referência selecionada, que constela a diferença e a semelhança, que concilia identidade e alteridade articula uma deformação dos significados, porque apresenta o modelo - ou o signo prévio - e o seu avesso, reintroduzindo "na presença o que a presença tinha excluído" (ISER, 1983, p.226).

Essa condição se torna o paradigma da ficcionalidade, mas apenas para evidenciar que, a partir dela, todo engano é, ao mesmo tempo, uma descoberta (ISER, 1996, p.91). Então, pela ocorrência da presentificação de múltiplos aspectos do sujeito, antes impensáveis, a ficção motiva a experiência de novos papéis a que os indivíduos se entregam, num processo de auto-irrealização, pois que as marcas de sua identidade cotidiana se esvaem, ocorrendo uma espécie de desestruturação fingida para a emergência de novas formas de autoreferência, possibilidades de ser e de não-ser; uma encenação de alteridade que deve ser entendida como a encenação de tudo o que o homem não é na assunção de seus papéis na vida diária. Daí ser possível afirmar que a literatura, assim como a arte, privilegia o vir a ser de um outro que cumpre o eterno tornar-se. No caso específico do discurso ficcional, a literatura se torna signo de algo irreconciliável

por sua própria natureza: o ser e o não ser, oferecendo ao sujeito a possibilidade de pensar-se na diferença e na multiplicidade, pela desconstrução dos modelos socialmente estabelecidos que lhe conferem certa realidade e identidade subjetiva.

Se conhecer o mundo corresponde a representá-lo, e as representações equivalem a meios simbólicos, institucionalizados ou não, pelos quais atribuímos significados ao mundo – o homem, retomando o raciocínio de Berger e Luckmann, internaliza as representações, convive com suas convenções sem questioná-las e incorpora os papéis que lhe são atribuídos. Ao crer no espaço simbólico criado pelas representações, ele as toma como princípios essenciais da realidade e da integridade subjetiva do eu; aliena-se, portanto, da arbitrariedade cultural dessas representações e naturaliza sua relação simbólica com o real ou, em outros termos, esquece da dimensão de estetização do mundo e da vida. Dessa forma, a ficção literária, por representar as representações do leitor, é caso particular distinto das outras modalidades discursivas.

Os discursos não literários constroem ou confirmam sistemas representativos que significam o real; sua função é utilitária, em razão de criarem representações estáveis e fechadas, modelos normativos de percepção e conceituação. O discurso literário, ao contrário, propiciando a experiência estética da diferença, propõe-se à desestabilização e à abertura dos modelos de compreensão. Em face disso, alinham-se três campos de distinção das ficções literárias: o autodesnudamento, a multiplicidade e a instabilidade semântica e o seu compromisso específico com o leitor e não com as verdades apriorísticas, chamando atenção para a artificialidade destas. Desestabilizando modelos de compreensão, articulando a representação das representações, desnudando-se e descomprometendo-se com a verdade, despragmatizando nossos eixos de referência, desdobrando a incompletude semântica e promovendo a encenação da alteridade, as ficções literárias marcam sua marginalidade, encenando a não univocidade do mundo; a sua construtividade, o seu devir.

Portanto, se as ficções literárias facultam ao sujeito uma vivência de alteridade que, por sua vez, o remete tanto à criticidade em relação aos marcos de sua realidade quanto à interrupção das lógicas de reificação, é preciso contar com o surgimento de mundos diferentes e desenvolvermos mais do que a tolerância diante da diferença, pois que a tolerância se tornou um protocolo, um expediente, uma retórica diplomática. É preciso, como sustenta Wolfgang Iser (1995),

construirmos uma sensibilidade para a diferença e para a pluralidade. Sensibilidade, adverte, é a condição da tolerância; o que temos de menos, na atualidade. Sobre isso, o filósofo comenta:

Imaginemos uma pessoa que se apropriou da máxima da tolerância perfeitamente, mas digamos que lhe faltasse sensibilidade para simplesmente perceber, na vida cotidiana, que ela, diante de determinadas concepções, tem a ver com uma diferença de princípios e não apenas com distanciamentos quaisquer, de modo que se trata, portanto de uma diferença cultural. Um homem tal jamais se sentiria embaraçado para empregar a sua máxima de tolerância; antes ele iria constantemente praticar seus imperialismos e opressões - mas de consciência limpa e crente de ser um homem tolerante (WELSCH, 1995, p.19).

O pensamento de Welsch problematiza aquilo que, de fato, as sociedades admitem apenas como uma orientação geral, um princípio quase reduzido a uma figura de linguagem que adorna um estilo. Sabemos, e sabemos muito bem, que o impulso de tentar anexar, sob a jurisdição do universal e da democracia, a natureza, os animais, outra cultura, ou seja lá o que for, está em todo lugar; por isso, acrescente-se, torna-se de bom aviso observar a tolerância, principalmente, nas ocasiões em que são necessários alguns "discursos de sobremesa" - para usar uma imagem de Machado de Assis, em seu clássico "Teoria do Medalhão" (1986,p.291). Tanto faz mencionar a "hidra de Lerna, a cabeça da Medusa, o tonel das Danaides, brocardos jurídicos, sentenças latinas", ou a tolerância, porque, com a "consciência limpa e crente de ser um homem tolerante", pode-se advogar o direito de perpetuar as províncias dos dualismos discriminatórios, das hierarquias e das totalizações.

A chamada "cultura do ponto cego", proposta por Wolfgang Iser, pode ser pensada na esteira de uma articulação, ao segundo, contudo não menos importante, aspecto da reflexão sustentada por Wolfgang Iser, no fragmento anteriormente transcrito, referente às ficções literárias. Nele merece atenção o fato de as ficções não existirem privativamente como textos ficcionais; elas desempenham importância no conhecimento, nas ações e comportamentos, nas instituições e sociedades. De início, essas construções sociais coletivas, e os discursos que agenciam em unidades semânticas sólidas, parecem tornar opacas e frágeis as possibilidades de surgimento mundos e formas de auto-referência diferentes, elaborados a partir de experiências distintas de existir, de conhecer e de

agir. Além disso, exatamente porque não se admitem como ficções, por não se desnudarem tal como as ficções literárias, por não se valerem da estratégia do efeito estético da duplicidade, elas funcionam para criar, sistematizar e corroborar modelos, tornando-os objetivamente acessíveis e subjetivamente plausíveis, ou seja, reconhecidas como realidade. Um mundo inteiro é criado e institucionalizado, sem que se perceba sua dimensão de construtividade, de ficcionalidade realizada por sujeitos observadores considerados, na perspectiva das teorias construtivistas, o sistema referencial último de todo processo cognitivo que elabora modelos para a realidade.

Um recuo aqui deve ser feito, para garantir a compreensão da abordagem das ficções, no ângulo aqui proposto. A tese básica das teorias construtivistas, desenvolvidas pelos biólogos Humberto Maturana e Francisco Varela (1994), para explicar e descrever o ser humano, sua cognição e organização, repousa na concepção de que todos os sistemas vivos são determinados, não pela qualidade de seus elementos constitutivos, mas por seu funcionamento e sua relação com outros elementos. Se tomarmos, por exemplo, o sistema nervoso, a unidade fundamental não é o neurônio, mas o seu comportamento. A singularidade e a autonomia dos sistemas vivos, em contraste com o seu ambiente, são atestáveis desde o seu nascimento, em razão de tais sistemas interagirem tanto com fatores externos quanto com as suas próprias condições internas, o que gera um campo de cognição, auto-organizado ou autopoietico, donde resultam todas as descrições que o sistema é capaz de realizar. Como aos sistemas vivos não é dada nenhuma possibilidade de interação, além das previstas em sua organização, cada um deles, considerado um sistema cognitivo, produz um campo de procedimentos relacionais por intermédio de seu comportamento em seu campo fechado de interações. O fenômeno da vida é idêntico a esses sistemas cognitivos e autopoieticos. Portanto, se a vida é um processo de cognição, percepção e conhecimento não copiam algo do mundo, mas constroem estruturas cognitivas que são asseguradas pelos sistemas vivos.

A primeira consequência desse fundamento encontra-se no plano teórico-epistemológico: as teorias construtivistas afastam-se de perspectivas baseadas em ontologias realistas, e nesse marco, a diferença entre sistema e observador corrobora a assunção de tal distanciamento, uma vez que, quando o sistema interage e produz representações dessas interações, opera como um observador,

que elabora cognitivamente constructos do sistema e de seu ambiente. Cada descrição depende compulsoriamente do observador. Por isso ele é o lugar empírico da construção de sentido; o que não se confunde com uma visão solipsista, que postula para o eu individual a fonte de toda a realidade do mundo, porque o sujeito em questão é socializado e historicamente condicionado.

Compreendendo, pois, que o conhecimento é marcado culturalmente e que sua construção tem contingências bio-sócio-históricas, importantes se tornam os conceitos de relatividade e historicidade do conhecimento, uma vez que este não fornece representações objetivamente verdadeiras da realidade, mas modelos para a realidade, cuja eficiência pode ser atestada, num dado contexto histórico-social. Isso significa dizer, em consonância às observações de Berger e Luckmann, que processos de socialização e convenções impõem modelos de mundo socialmente normatizados, cujas estruturas refletem interesses sociais e de poder. Como os indivíduos não controlam grande parte das condições biológicas e socioculturais a que estão submetidos, e na maioria das vezes sequer têm consciência delas, a construção da realidade não é planejada ou arbitrária; ela é muito mais uma imposição, razão por que só nos damos conta da construtividade ou ficcionalidade do mundo, ao observarmos como observamos, agimos e nos comunicamos; ou seja, quando confrontamos nossos constructos com outros modelos sociais e culturais dissonantes e incompatíveis em relação às referências de que dispomos.

Sob o pano de fundo dessas considerações, a temática acerca do retorno das ficções às cenas cotidianas da vida, assim como dos procedimentos de ficcionalização do mundo exigem uma abordagem em perspectiva complementar e sistêmica, porque só através desse recorte é possível uma ênfase das diferenciações e pluralidades no interior do sistema social. No passo dessas reflexões, a objetividade do conhecimento científico, igualmente dependente do sujeito, não é nem resultado das virtualidades instrumentais de sua racionalidade, nem função decorrente de sua adequação à realidade, mas produto da homogeneidade cultural e dos consensos entre os cientistas em relação a determinadas categorias julgadas e denominadas como científicas. É nessa esfera de normatizações e, conseqüentemente, de poderes e de interesses sociais, que se estabelecem os objetos e imagens do mundo admitidas como científicas, ao que se segue a socialização de outros indivíduos nessa mesma direção. A realidade, observa Heidrun Krieger Olinto (2002), apresenta-se, mais uma vez, como um

empreendimento humano que subentende versões experimentadas pelos indivíduos, uma vez que estes criam molduras que dão enquadramento a sua constante relação de interação com o ambiente, com outros indivíduos e com a sua própria identidade individual e coletiva.

Insistir na condição nada realística, mas ficcional, de nossas práticas corresponde a sustentar que conhecimento, verdade e realidade assumem uma constituição estética. São categorias que integram a ordem do estético, não no sentido da beleza, mas no de fenômenos que apresentam uma capacidade de modelação, de virtualização, de fluidificação das distinções socialmente instituídas e compartilhadas, de vetor da criação. E o ponto decisivo aqui não é a inclusão do estético nos nossos modos de conhecer, mas - conforme já se mencionou - o quanto ele altera o conhecimento e a realidade. É em razão disso que os processos estetização podem inscrever o pensamento científico numa relativização e tornar visível a sua própria construção estetizada, a sua versão ficcionalmente engendrada do mundo.

A esse respeito, Thomas S. Kuhn, físico e historiador da ciência - que, segundo o sociólogo Boaventura de Souza Santos, lançou as bases para uma sociologia crítica da ciência (SANTOS, 1989) - ao historicizar e, assim, desnudar o progresso científico das ciências naturais, coloca em xeque a credibilidade deste, ao sustentar que, além de ele não ser resultado da sujeição a uma racionalidade metodológica rigorosa, mas de sua violação, não se processa, conforme fazem crer as filosofias da ciência, pela convicção racional de argumentos melhores (KUHN, 1996). O que determina a adesão a esta ou àquela visão, a este ou àquele paradigma (compreendido como matriz disciplinar compartilhada a abranger generalizações simbólicas, modelos orientadores de pesquisa, valores e realizações exemplares) são as estratégias persuasivas - que implicam a mudança das disposições afetivas e dos espíritos -, e mesmo o recurso da coação como forma de isolamento das diferenças teóricas no seio das comunidades científicas. Ainda, segundo esse autor, caso nada disso produza efeito, resta apenas esperar pela morte dos que integram correntes rivais.

A atividade teórico-científica, que também se realiza, no marco da produção de consensos em torno de um dado empreendimento de pesquisa detentor de estabilidades - isto é, de estruturas e fundamentos logicamente comunicáveis que possibilitam determinadas predicções da realidade -, uma vez

que dispensa o exercício da argumentatividade, tais consensos equivaleriam, de acordo com Thomas Kuhn, a um ato de fé que faz a verdade não passar de uma retórica da verdade ou, se quisermos, de uma modelação, de um procedimento de estetização.

Logo, a alterabilidade da realidade não se dá apenas, segundo se costuma crer, nas esferas do literário; a própria ciência modela, esteticiza, ficcionaliza, embora historicamente tenha investido na verdade e na realidade como um templário em busca do santo graal e tenha elaborado estratégias discursivas, fundadas na conectabilidade lógica de seus argumentos, que produzem um efeito de verdade unívoca dos seus postulados e pressupostos⁴.

A declaração de que nossos fundamentos são transitórios e parciais, de que não existem verdade e realidade em si, porque elas são produto de descrições estetizadas, de uma engenhosidade ficcional e de uma subsequente produção de consensos é um entendimento de todos aqueles que refletiram sobre a realidade, não se tratando, pois, de uma decretação de alguns teóricos da estética. Na dimensão do estético, encontramos a abertura tanto para pensar literatura e ciência integradas num mesmo campo de operações de estetização na construção de conhecimento quanto para conectar e aprofundar essa problemática no plano de uma modelação/ficcionalização presente no eixo dos sistemas midiáticos e da rede digital, assim como no das transformações que ambos vêm introduzindo no que se refere às nossas noções de ficção e realidade. É esse contexto que nos leva a indagar o que elas ainda poderiam significar.

⁴ A título de uma breve ratificação das advertências feitas por Thomas Kuhn, recentemente, o físico português, João Magueijo⁴, professor do Imperial College de Londres, vem sendo responsável pela abertura de um importante debate na Física, ao questionar a premissa básica subjacente à teoria da relatividade, ou seja, a de que a velocidade no vácuo é sempre constante. Tal teoria, até que pudesse se tornar pública, uma vez que entra em rota de colisão com as idéias fundamentais de Einstein, teve de enfrentar tantos os “burocratas da ciência” quanto o suposto critério de qualidade das revistas científicas, as quais, acredita Magueijo, não seriam mais um pólo de referência para a seleção de trabalhos de qualidade científica. Segundo ele, “todos os cientistas antes de publicarem os artigos, os põem em arquivos, na internet (...), que são uma maneira sistemática de divulgar idéias novas”, por não terem de passar pela *peer review*, uma revisão feita por pareceristas que “raramente lêem os *papers* como devem ser”. Na opinião do físico, “não existe nenhum argumento de autoridade” nessas revistas de divulgação científica, porque é enganoso o seu critério de qualidade. O exemplo de Magueijo corrobora não apenas a linhagem das estratégias de força para a manutenção de certos consensos no campo da ciência, como inscreve o ciberespaço como uma modalidade de expressão e comunicação que permite burlar as fontes totalitárias de emissão das informações e conhecimentos “autorizados” veiculados seja pelas mídias, seja pelos centros acadêmicos. MANGUEIJO, João. *Folha de São Paulo*, 11 de janeiro de 2004. Caderno Mais, p.4-7.

A partir da concepção de que os sistemas midiáticos, conforme a análise de S. J. Schmidt (2003), são um celeiro de orientações normativas para as construções individuais e sociais de realidade, pela geração de sofisticadas ficções operacionais de alcance coletivo - cuja finalidade é sedimentar a estabilidade de um sistema cultural específico -, merece atenção o fato de as experiências ficcionais, de acordo com o que já foi dito nas páginas iniciais deste capítulo, serem incorporadas inconscientemente pelos indivíduos, por haver nesse processo como que um anúncio do fechamento semântico do mundo. Na medida em que essa inconsciência oblitera a percepção da construtividade do mundo vivido, não estranhamente, as ficções literárias figuram na percepção do senso comum como aquelas que assumem o papel de pólo opositivo da realidade, carreando para as noções de ficção uma forte carga de pejoratividade. Nesse sentido, a proliferação das ofertas midiáticas e a virulência com que suas máquinas de ficções vêm inseminando e operando uma mutação no âmbito de nosso entendimento das formas de ficção e do conceito de realidade impedem a percepção de ficções como elementos integrantes de todos os segmentos da vida social e confinam a existência delas ao território específico da literatura.

As ficções ricochetearam de volta à realidade, marcando seu retorno ao lugar onde se originam: a vida e a praxis humanas. Há em seus novos contornos o anúncio de que tanto quanto as ficções, a literatura integra o sistema social como prática complexa de construção de conhecimentos que progressivamente dão formato ao mundo, os quais não são nem definitivos, nem finais, mas possibilidades abertas que transformam a realidade numa experiência estetizada.

Para que seja possível demarcar ficções como componentes que constituem e recobrem a realidade em todas as suas fibras, ou para analisarmos a reversão de sua relação entre o literário e os demais campos da vida e do mundo, é preciso resgatar alguns ângulos da história dos estudos literários, de modo que se obtenha a rota de certos mapas de acesso à tematização aqui proposta. Trata-se de deslocamentos e dissoluções de fronteiras teórico-conceituais, necessárias à compreensão tanto das ficções como uma instância intensificada da literatura, quanto como atividade possibilitadora de articulações abertas e plurais de modelos de realidade.

Esse resgate, ou em termos menos pretensiosos, esses apontamentos, correspondem tão somente à localização de algumas latitudes teóricas que

ensejaram a fundação de novas perspectivas, sem as quais o tracejo das redes argumentativas desta tese se perderia, e o raciocínio tópico que aponta as ficções (literárias) como desafios contemporâneos careceria de contexto e fundamento. Em que pese a parcialidade desses apontamentos e mesmo a retomada de informações, em parte previamente conhecidas, as coordenadas para o desenvolvimento dos capítulos subseqüentes encontram aí o pretexto e o escopo que demandam.

As páginas seguintes tentarão compor um pequeno mosaico contextual, a partir das matrizes filosóficas que tematizaram as ficções, iniciando um processo de deslocamentos com relação ao que ela poderia ser.

1.1

Deslocamentos e dissoluções de Fronteiras

As ficções constituem um campo temático com longa tradição na tematização do discurso filosófico. Desde que foram vistas afirmativamente, iniciou-se um inventário de problematizações que autorizam entendê-las à semelhança de um camaleão. Mutantes e variáveis em suas formas de entendimento, na dimensão histórica do discurso filosófico, as ficções carregam complexidades que ainda se impõem na atualidade, sobretudo se as firmarmos no marco da virulência com que se processam as transformações tecnológicas e dos sistemas midiáticos, responsáveis pela produção de algumas contrapartes perturbadoras, a exemplo do virtual, da hiperrealidade e da simulação digital.

Conforme Wolfgang Iser (1996), já no século XVII, Francis Bacon entendia que todas as nossas representações são ficções, não significando que essa concepção tivesse a finalidade de estabelecer uma oposição entre ficção e realidade; sua compreensão incidia na tentativa de apenas registrar o engano ou o auto-engano da mente, em razão de que as ficções muitas vezes conquistam o caráter de realidades incontestáveis. Bacon, então, propôs um desfazimento dos laços da mente com sua tendência à representação, para purificar os fenômenos da natureza; para despregá-los da inadequabilidade das representações e excluí-las da racionalidade, pelo seu caráter de embuste, haja vista que a identificação da natureza com os hábitos da representação se tornam ficções, geradoras de

contradições que devem ser eliminadas, por não servirem de premissas para o conhecimento e, portanto, para o acesso à verdade.

Para Locke, as ficções guardam um deslize no princípio de associação, uma premissa natural da mente, que o faz compreendê-las também negativamente, por se tratar de uma loucura, uma vez que uma mente que combina dados recebidos conforme sua própria vontade se enfeitiça a si mesma. Entretanto, embora excluídas, as ficções parecem, consoante as observações de Iser, necessárias ao sistema de pensamento de Locke, pois, mesmo marginais, produziam um tipo de estabilidade necessária para o tipo de conhecimento que considerava comprovado.

Se as ficções, em Bacon e Locke, são admitidas como engano e loucura, elas serão deslocadas dessa concepção a partir de Jeremy Bentham. Consoante Iser (1996, p. 138) será com esse "positivista comprometido com as premissas cognitivas básicas do empirismo" que surpreendentemente se realizará uma mudança paradigmática na tematização das ficções. Partindo do universo jurídico, campo de investigação inicial para a análise das ficções, Bentham compreende que "direito" é apenas um nome para denotar uma entidade fictícia, ou seja, uma entidade à qual se atribui existência, apesar de esta não se verificar de fato; um objeto de existência fingida pela imaginação e de que falamos como se fosse real; algo, portanto, que se sustenta por meio do discurso. Assim, Bentham observa que, para a ordem dos discursos, os conceitos fingidos são tão necessários que deles o mundo humano é dependente. Dessa forma, o Direito se consubstancia por meio da construção de ficções legais, ou seja, de proposições, na teoria tomadas como axiomas, e na prática cumpridas como regra que não demandam quaisquer necessidade de prova. Nesse sentido, são ficções legais tratadas como verdade, por exemplo, as invocações realizadas nas circunstâncias que envolvem violação de contrato, este para Bentham, uma ficção central do Direito.

Aceitas como verdades supostamente auto-evidentes, as ficções legais não permitem quaisquer questionamentos, em virtude da preservação de interesses particularistas e dominantes e mesmo de sua condição de axioma e regra. Entretanto, as ficções legais que organizam e estruturam o edifício jurídico são criticadas por Bentham, no que toca particularmente ao seu emprego e não por haver nelas um conteúdo falacioso. Como as ficções não podem se auto-legitimar,

trata-se não de sua eliminação, mas da advertência sobre certos usos que se fazem delas. Um exemplo encontra-se na idéia de propriedade. Personificada, essa ficção legal é absorvida como que dotada de valor intrínseco, pressupondo-se, a partir disso, a existência de valores objetivos; e o conceito de propriedade, por seu uso, converte-se em objeto, evidenciando a supressão do caráter ficcional da lei. Para Bentham, seria necessário fazer aparecer o que o uso das ficções legais oculta, ou seja, a sua dependência do discurso e, por conseqüência, o seu alcance universalizante.

De acordo com Iser (1996,p.146), o deslocamento na avaliação das ficções ocorre pelo desaparecimento de suas conotações depreciativas e ao relevo dado por Bentham, ao caráter de "como se", de pseudo-realidade das entidades fictícias, que possuem uma duplicidade, pois que para ele o discurso não é possível sob outras condições. Essa duplicidade respeita ao fato de as ficções almejarem uma condição de realidade e, a um só tempo, desfazerem-se dessa pretensão. O "como se", em Bentham, é um visível engano, mas isso não fundamenta qualquer argumento para a sua eliminação, apenas o habilita para uma multiplicidade de usos, diante dos quais se deve ter uma postura de advertência. Bentham não afirma o que a ficção é, mas o modo como ela se realiza no discurso indicia o seu funcionamento e é em razão disso que centra a sua análise na tentativa de mostrar como as ficções estruturam e organizam o discurso de que são feitas. Elas se fundam naquilo que produzem e, embora dependam do discurso, são também a condição de sua crescente complexidade, porque para Bentham só através delas se manifesta algo que é de fato real: a realidade discursiva. Há, entretanto, na dimensão discursiva de que é dependente a existência das ficções, tanto uma presença parcial quanto uma ausência das coisas, uma vez que estas não se dão a conhecer integralmente por sua constituição verbal, o que cria, por conseqüência, um viés a indicar a sua inacessibilidade ao conhecimento. Nessa perspectiva, a realidade discursiva associa-se à variedade de contextos produzidos de uso, o que, por sua vez, diferencia as ficções e lhes imprime um estatuto não de um auto-engano da mente ou de mascaramento da fraude, mas de uma instância imposta à legitimação da consciência humana.

Mas será com Hans Vaihinger⁵ que as ficções conquistarão, consoante os termos de Iser (1996, p.157), o seu maior adversário - a consciência -, impondo a ela sua duplicidade, ou seja, as ficções são objetos para consciência e, simultaneamente, sua matriz geradora de idéias. Se para Bentham, as ficções existem a partir de sua designação verbal que as qualifica como fictícias, em Vaihinger, a linguagem é apenas um apoio para a emergência das ficções. Sua preocupação não é o estabelecimento de um discurso afirmativo das ficções, mas seu conhecimento, seu estatuto e sua estrutura. Para o filósofo, é a ficcionalidade que define toda a realidade, e sua teoria postula o entendimento das ficções como expedientes que, na confirmação de sua utilidade, na sua conformidade com os fins, organizam o material das sensações. Em outras palavras, não é a correspondência com o ser, o pensamento ou mesmo o conhecimento que determina o valor de uma ficção, mas sua capacidade de servir como ferramenta para o processamento do real, para a sua alteração.

O pensamento como uma função da psique, a qual apresenta uma força orgânica de modelação, transforma os complexos dados oferecidos às sensações em conceitos válidos, juízos gerais, pelo que produz determinada imagem do mundo. Para Vaihinger, essa é a razão de não se poder falar, do ponto de vista epistemológico, em verdade. O pensamento, ao lançar mão de operações engenhosas, artifícios lógicos, para organizar o material das sensações, realiza atividades fictícias, driblando certas dificuldades e cumprindo de forma indireta as suas metas.

Segundo os termos do filósofo (2002, p.116), desses "artifícios nascem toda a origem e todo crer e agir da humanidade", mas há que se atentar para uma demarcação distinta, em termos conceituais, entre ficções, hipóteses e dogmas. As ficções, que se justificam por seus efeitos, por sua finalidade conforme fins práticos, guardam, além de uma provisoriedade, a consciência de serem somente uma representação auxiliar, sem qualquer intenção de corresponderem ao real ou de se converterem em factualidade. A hipótese, por contrário, ao ser verificável

⁵ Importante destacar a tradução de *A filosofia do como se*, de Hans Vaihinger., realizada por Johannes Kretschmer e apresentada, em 2002, como tese de doutorado à Coordenação de Pós-Graduação de Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sob o título de *Hans Vaihinger: o texto do como se*. Registre-se também que à tradução antecede um estudo da temática das ficções em Vaihinger e uma análise da obra de Wolfgang Iser, no que respeita à superação de alguns impasses oriundos das reflexões de Vaihinger.

por meio de dados, aspira a essa correspondência, espera coincidir no futuro com a expressão real da realidade, razão por que frequentemente é tomada como o próprio real. O dogma, por sua vez, representa para Vaihinger o movimento de repouso do pensamento e, tanto quanto as hipóteses, está destituído do caráter de duplicação constante das ficções, cuja forma lingüística se concentra na partícula "como se" em que se pressupõe uma condição ou algo impossível e que simultaneamente revela todo o processo de pensamento percorrido em uma ficção. De sua irrealidade ou impossibilidade, a pressuposição fingida é formalmente mantida como uma decisão, donde decorrem estas ou aquelas conclusões. Em virtude disso, é que também se ratificam nas ficções o caráter de serem apenas "estações de transição para o pensamento, mas de modo algum para a realidade" (VAIHINGER, 2002, p.189), e tomá-las como entidades reais e definitivas não passaria de um erro básico.

Outro aspecto central das ficções é o seu caráter contraditório, que indica para Iser (1996, p.172) tanto "o espaço elástico" que elas possuem no nível de seus possíveis usos quanto a sua própria "plasticidade adaptativa. Entretanto o teórico observa que a obra de Vaihinger registra um imenso inventário de ficções, que se torna taxionômico e, à medida que um elenco de sucessivos exemplos é apresentado, perdem-se as análises das diferenças qualitativas e funcionais entre elas.

De qualquer forma, Vaihinger torna as ficções objeto do conhecimento, propiciando uma indagação sobre a urdidura ficcional da visão científica da realidade e do conceito de verdade, assim como sobre os processos construtivos de nossas categorias de análise. Pelas sugestões de sua teoria, de alguma forma, é possível palmilhar um caminho argumentativo em que a ciência, abandonada de suas dogmatizações e de seus discursos de supremacia, possa ser pensada também como um campo de estetização. Dito de outro modo, as reflexões de Vaihinger constituem, dentre outras tematizações do discurso filosófico sobre as ficções, um campo de desestabilizações das noções construídas a respeito do conceito de ciência, haja vista que o filósofo propôs que a atividade fictícia integrasse, ao lado da indução e da dedução, o sistema das ciências lógicas. Reivindicar para as ficções o estatuto de método científico representa um deslocamento significativo em relação a uma idéia de ciência sempre protegida contra o perigo das ficções.

Ao se tematizar, em especial na contemporaneidade, as ficções e sua articulação com o conhecimento, há que se agregar a essas reflexões outros conceitos como irreal e possível, além é claro, da própria noção de real. Assim, a contribuição de Nelson Goodman reorienta o entendimento das ficções, tendo em vista que, a partir de sua ótica, o conceito de ficção outra vez se modifica. Comparativamente, em Bentham observa-se a construção de um conceito de ficção ancorado na sua condição de realidade discursiva; em Vaihinger, embora não vinculada à linguagem, mas tomando-a como um apoio, sua taxionomia das ficções, rica de modelos exemplares, atesta uma estrutura fixa para as ficções, as quais se originam da necessidade de organizar o caos suscitado pelas sensações, facultando-nos o processamento da realidade, pois que de outro modo esta seria inacessível à cognição. Ademais, observa Iser (1996, p.180), o "como se", na filosofia de Vaihinger, de certa maneira, conserva uma intenção de fraude ao visar à "superação da idéia conscientemente falsa daquilo que foi elaborado. Em Goodman, as ficções não são nem entidades, como o foram para Bentham, nem estruturas, conforme entendeu Vaihinger, mas modos de constituir mundos diferentes, a partir de outras versões destes, o que pressupõe a decomposição de versões existentes para uma composição de outra maneira. Em seu raciocínio, o mundo construído é derivado de desvios em relação às referências que o precedem, sem que isso signifique uma forma de invalidação ou de descrença em relação ao sistema referente anterior. Se a versão é sempre o produto do modo de produção de mundos, o mundo é facticidade produzida, o que faz implodir a relação opositiva entre ficção/realidade, porque não existe realidade sem ficção, e a ficção, por seu turno, torna-se o pressuposto de toda facticidade. Conforme Iser (1996, p.184), cada versão diferente do mundo, na proposição encaminhada por Goodman, produz seu próprio sistema de referência, e na decomposição das versões referentes processam-se quatro movimentos: a valorização, cuja acepção remete à idéia de inversão, deslocamento e redistribuição de ênfases e relevâncias; supressão, conceito que corresponde à eliminação de padrões, planos, estruturas e funções; suplementação que significa encaixes do diferente, ou a substituição de algo por outro de existência distinta e, por fim, a ordenação que equivale a uma operação em que se impõem outras relações a padrões e medidas, proximidade e distância, correlação e derivação.

É nessa cadeia de referências que as versões de mundo conquistam estabilidade, trazendo consigo também os sistemas decompostos provenientes dos símbolos de outros mundos. Essa estruturação sintática da modelagem de mundos sempre opera no interior de um sistema de referências, o que leva à dissolução de um conceito substancialista da realidade, pois que esta não é algo dado, mas estabelecido, construído de fato por um sujeito epistemológico.

Em que pese, historicamente, a importância das tematizações ora recortadas pelo discurso filosófico das ficções, o seu estatuto alcançará nas reflexões de Wolfgang Iser não somente um nível de complexidade teórica, mas a solução de alguns impasses observáveis no círculo das problematizações que o antecederam.

A próxima seção deste capítulo discutirá o estatuto específico das ficções no texto ficcional, na observância de alguns de seus ângulos fundamentais.

1.2

Estatuto das Ficções Literárias

De acordo com Hans Ulrich Gumbrecht (1993, p.7-8), o colapso da modernidade é atestado pela degradação de todos os nossos conceitos essencialistas de referência (desreferencialização), de tempo (destemporalização) e de sujeito (destotalização). Com base nisso, o autor desenvolve a crítica às premissas interpretativas, alicerçadas no conceito de sujeito, atestando a crise da interpretação, a dissolução de todas as formas totalitárias de identidade e investindo na tese de que as demarcações definidoras das fronteiras discursivas foram definitivamente abolidas

A dissolução desses paradigmas devolve ao homem a constatação de que o mundo estaria mais centrado na figura do sujeito, o que o leva a sustentar que a forma de comunicação denominada literatura está inscrita numa situação historicamente determinada – a cosmologia medieval – a partir da qual engendrou-se uma técnica de produção de sentido sediada no sujeito. Nessa perspectiva, não seria mais possível a problematização acerca da presença de uma consciência subjetiva, mas de um sujeito condenado à errância e ao desabrigo que se desloca num espaço em meio a sistemas discursivos que nada mais informam do que o estoque de saberes de uma mentalidade determinada. Não haveria mais

lugar, portanto, para a tematização do fenômeno literário como fonte de emancipação, de experiências afetivas e cognitivas, enfim, de novas formas de auto-referência do sujeito.

Um dos tópicos centrais desse debate articula a crise do sentido à suposição da historicidade de todos os valores subjetivos e à condição meramente convencional e cultural dos textos literários. Não sendo mais o homem uma totalidade, a entidade de onde o sentido emanava, mas um ser fragmentado, interpelado pela multiplicidade de sua condição, passa a haver como que uma recusa de inscrever o literário como fenômeno dotado de uma natureza e de uma função, por isso significar um retorno a uma visão substancialista da literatura.

O fato de o sujeito ter desaparecido como uma identidade unívoca, de a literatura não ser mais o equivalente à revelação de sentidos profundos a serem descobertos, não nos impede de pensá-la em sua função humanista, cognitiva e afetiva. Talvez se possa, ao invés de articular um eixo sujeito/sentido/realidade, tratar de uma situação específica entre texto e leitor, que abre caminho para que este possa construir novas possibilidades de experiências, a partir de modelos vivenciais alternativos facultados pelas ficções literárias. Essa comunicação específica, que, na visão de Wolfgang Iser, precipita encontros e desencontros semânticos, que evoca imagens, que atualiza perspectivas e outros modelos de compreensão do mundo, ativa uma negociação criativa entre texto e leitor que faz emergir uma função emancipadora da obra literária. Em outras palavras, o discurso literário ativa a vivência imaginária da alteridade, a partir da suspensão simbólica da identidade do mundo referente, presentifica nuances, antes inimagináveis, do sujeito, possibilitando-lhe a assunção de outros papéis. Tal movimento instaura-se na necessidade antropológica da ludicidade e do êxtase, consoante as reflexões de Iser (1996), que permite ao homem sair de si mesmo e ingressar simbolicamente no espaço da diferença.

Paralelamente, pode-se também carrear como argumento a ser somado para a relativização da tese de Gumbrecht, a categoria autonomia em Cornelius Castoriadis (1982), para quem ela não corresponde à plena assunção da vontade, nem à liberdade dos indivíduos, mas como a uma lucidez em relação à dimensão de artificialidade cultural de nossas representações sociais que coloca os indivíduos a uma certa distância daquilo que os circunda e os faz enxergarem-se como máscara e produto e, por isso, em condições de protagonizar formas

alternativas de auto-referência, apesar das relações de poder a que está submetido. Ainda para Castoriadis, a realidade está investida de uma intensa e afetiva carga imaginária para conquistar sentido; diante disso, o que faz a realidade significar no interior de uma cultura, são as categorias imaginárias. As instituições, entendidas como redes simbólicas socialmente legitimadas em que se combinam, em proporções variáveis, componentes funcionais e racionais, apresentam em maior proporção o imaginário.

Considerando, ainda de acordo com o filósofo, que tudo que se nos apresenta no mundo está entrelaçado ao simbólico, seja no plano das relações que se expressam na propriedade, nas transações e nos contratos, numa religião dada, numa forma de organização econômica, seja num poder instituído, toda forma de organização social define sua identidade, suas articulações e, por conseqüência, o mundo e os objetos que ele contém. Sem essas definições, não existe mundo humano, nem sociedade, nem cultura (CASTORIADIS, 1982, p.177), e o papel das significações imaginárias é justamente o de fornecer respostas a perguntas - termos estes assumidos numa dimensão metafórica - que nem a realidade nem a racionalidade podem fornecer, isto é, a sociedade se constitui ao construir, ao elaborar, no seu fazer social, em sua vida, em sua atividade, essas respostas que surgem como sentido encarnado a perguntas implicitamente colocadas. O mundo social é, portanto, resultado da articulação de um sistema de significações que torna existente uma coletividade, unindo-a a uma realidade.

Nas palavras do autor,

cada sociedade elabora uma imagem do mundo; uma visão mais ou menos estruturada do conjunto da experiência humana disponível, que utiliza as nervuras racionais, mas as dispõe e as subordina a significações que não dependem do racional, mas sim de um imaginário (CASTORIADIS, 1982, p.179).

Está-se, portanto, diante de relações que integram uma ordem de importantes complexidades, sobretudo se considerarmos que essas distinções construídas a partir de dicotomias fundamentais, já citadas anteriormente, como verdadeiro/falso, ficção/realidade, sujeito/objeto, negociam e garantem um estatuto de ordem no interior de um determinado grupo social, sistematizando o conhecimento em forma de modelos culturais de mundo que, por sua vez, demarcam as fronteiras de sua realidade e de suas experiências possíveis. A

autonomia, então, passa a ser para Castoriadis uma capacidade de a sociedade e os indivíduos reconhecerem o caráter imaginário de suas próprias instituições, numa tentativa de re-propor uma outra relação entre o discurso do outro e o discurso do sujeito.

Num certo sentido, esse discurso se articula ao de S.J. Schmidt, uma vez que somente observando as observações, o modo como agimos e nos comunicamos, somos capazes de perceber a dimensão da realidade como um constructo. Nessa linha de raciocínio, o entendimento de que todos os textos reduzem-se a modelos fictícios de representação da realidade - entrecruzados apenas por expectativas, crenças, atitudes pré-conscientes que originam e sustentam linhas de forças discursivas convencionalizadas - não nos parece sustentável, por existirem possibilidades de se nomear um espaço de autonomia do imaginário individual diante das instituições sociais. E para Castoriadis, essa autonomia é realizável, não porque ela possa alcançar o cerne de sua subjetividade, mas porque ele pode assumir de forma renovadora e transgressora o discurso coletivo anônimo. Ou ainda,

porque há no sujeito a potência de não se reduzir a objeto, de criar um movimento inalienável de liberdade em que existe a possibilidade de desviar o olhar, fazer abstração de todo conteúdo determinado, de colocar entre parênteses inclusive a si mesmo (CASTORIADIS, 1982, p.127).

A análise de Castoriadis enfatiza uma possibilidade de trançarmos as perspectivas das teorias construtivistas no que respeita aos seus acentos em relação à investigação da dialética entre os observadores e suas observações. Dito de outro modo, os processos de construção de modelos de realidade, na ótica das abordagens construtivistas, não sendo perceptíveis ao indivíduos como construções, só são assumidos como tais pelo confronto entre as pluralidades dos modelos existentes, pelo cotejo entre as molduras referenciais que organizam e diferenciam sociedades, e de certo modo isso poderia equivaler ao conceito de autonomia em tela, uma vez que “desviar o olhar” e “colocar entre parênteses a si mesmo” e o conjunto de todas as construções que erguem o mundo de nossas significações só se efetiva pelo contraponto com outros repertórios semânticos. A “potência de não se reduzir a objeto”, em Castoriadis, aproxima-se da noção do observador de segunda ordem, que modela o mundo circundante e reciprocamente

se modela, por intermédio de suas observações. E nesse diapasão, torna-se importante tentar uma demarcação das condições que singularizam a produção das ficções literárias em relação às não literárias, por representarem essa possibilidade de autonomia, de suspensão de si próprio e da realidade referente.

É nesse sentido que o fenômeno literário constitui-se como insubstituível no processo de formação do conhecimento humano, havendo nele, além de uma função social e psicológica, uma atividade cognitiva que só ele é capaz de precipitar, por intermédio de um campo de conflito e de tensão na sua articulação com o imaginário. Este, múltiplo em seus discursos, na criação literária assume uma especificidade, isto é, faz emergir a incerteza, o desvio, a distorção, a sombra, a diferença. Embora próximos, o imaginário afasta-se da fantasia por propor um desvio, por instalar a tensão e precipitar conflitos subjetivos, à medida que quebra nossos os horizontes de expectativa. A fantasia, ao contrário, elimina, segundo Costa Lima (1993), o questionamento e a criticidade produzidos pelo assombro em face da diferença. Ainda que o imaginário, na fantasia, também seja ativado para irrealizar o real, o que se percebe é a neutralização das tensões decorrente de um ajuste, de um processo de conciliação entre a nossa subjetividade e o mundo irrealizado; há como que uma espécie de lógica compensatória na fantasia, e tudo nela leva ao reconhecimento, à concordância entre o mundo real e a sua imagem fantasiada. Não há, na dimensão fantasista do imaginário nem a denúncia de uma ausência por trás de uma presença, nem a experiência cognitiva, porque as representações não foram submetidas à despragmatização, não produziram o estranhamento; não desrealizaram o homem e suas referências.

Na tematização do imaginário ficcional, o que ocorre é a produção de uma diferença sob um horizonte de semelhança, o que o distingue não só da fantasia, mas também da própria tematização perceptual do mundo, tendo em vista que aí se processa também uma repetição de um real que é apreendido de modo submisso. A fantasia recusa a diferença imaginária, é conciliadora, porque opera o reconhecimento prazeroso, não abrindo caminho para o questionamento, para as irrealizações do real que a tensão do imaginário ficcional agencia.

Em que pese o fato de a fantasia também irrealizar o real, este dissolve a realidade para ajustá-lo aos desejos do indivíduo, ao passo que o imaginário compreende uma transgressão da repetição passiva, produzindo o estranhamento, no lugar de uma identificação. Assim, o fenômeno literário surge como dissolução

das fronteiras da realidade, e o seu resultado é a problematização, seja da identidade, seja a veracidade do modelo selecionado, despregando-os das molduras do mundo objetivo, numa abertura para um espaço em se processa a alteridade imaginária. Esse despregar-se das molduras, que nos endereça à experiência de si mesmo como outro, é desencadeado, conforme já se mencionou, por um processo lúdico de fingimento – os atos de fingir – que atraem a presença do imaginário no discurso ficcional. De acordo com Iser (1993, p.225),

o ficcional funciona como um meio de tornar o imaginário acessível à experiência fora de sua função pragmática. Ao abrir espaços de fingimento, o ficcional compele o imaginário a tomar uma forma, ao mesmo tempo, age como meio para a sua manifestação.

Ainda segundo Iser, as ficções literárias não afirmam, não negam, nem criam modelos de compreensão da realidade, mas atuam sobre a irrealização dos modelos vigentes, por meio de uma fragmentação. Pelos atos de fingir, elas abrem passagem para a criticidade em relação aos valores internalizados, fazendo um movimento de ida e volta entre o real reconhecível e a dimensão imaginária. Nos atos de fingir, real e imaginário transgridem um ao outro, constituindo nessa dinâmica dois eixos: o realizador - correspondente à realização do imaginário-, e o irrealizador - a equivaler à irrealização do real.

Na realização literária do imaginário, desdobra-se um processo resultante da imposição que o jogo ficcional processa para forçar o imaginário - difuso e informe – a assumir uma forma e ganhar uma representação objetiva. Nessa perspectiva a irrealização do real conquista um estatuto de fantasma, ou seja, as experiências acumuladas no mundo referente são deformadas e envolvidas nas indeterminações das imagens literárias que, no campo do fingimento, transforma essas experiências em experiências de alteridade irrealizadora. Por isso o discurso ficcional literário encena o elemento ausente, o impensável, o não experimentável no cotidiano. A ficção, portanto, está conectada à realidade, mas isso não significa, contudo, como já se observou, que ela se esgote nessa referência. Textos ficcionais contêm elementos do real, e o que nele há de fictício não possui uma finalidade em si mesma. Isso permite afirmar que, além de inexistir uma oposição entre ficção e realidade, entre elas inexistente também uma relação binária; o que ocorre é uma relação ternária, porque surge um componente, a partir da repetição

da referência, ou seja, da realidade vivencial e objetiva presente no discurso ficcional, que se transforma em signo de outra coisa. Essa repetição, que é um fingimento, ou um ato de fingir, permite que apareçam finalidades que não pertencem à realidade repetida; é aí que se encontra o imaginário cuja marca é a de provocar a repetição no texto da realidade referente, o que, entretanto, não o torna idêntico ao ato de fingir, pois este é uma figura de transição entre o real e o imaginário, um modo operativo decisivo para as relações recíprocas da tríade.

Quando a realidade repetida se transforma em outra coisa, ocorre uma transgressão de limites entre o real e o imaginário. Na verdade, o ato de fingir possibilita dois níveis de transgressão: a conversão da realidade referente em signo de outra coisa e a do imaginário, inicialmente fluido e difuso, numa configuração determinada; vale dizer, o ato de fingir permite a irrealização do real e a realização do imaginário. A problematização do fictício está fundada nessa relação triádica, cujos elementos - real, imaginário e ficção - constroem-se reciprocamente. Somente por meio dessa estrutura ternária é que se pode situar o fictício.

É nesse aspecto que reside a importância do descentramento provocado pelas teorias da década de 70, no âmbito da literatura, ou seja, a figura do leitor foi despregada da sua condição a-histórica e decifradorora de conteúdos enigmáticos, para inscrever-se na produção ativa da construção de sentidos, uma vez que o texto literário representa um efeito potencial que mobiliza as faculdades perceptivas e imaginativa do leitor, durante o processo de leitura (ISER, 1996).

Ao se destacar a presença de um leitor, sujeito socializado, abre-se por sua vez a discussão acerca da instância dialógica da leitura, que desenvolve o texto como processo de realização, constituindo-o como realidade; sua semântica, seus processos de produção de sentido serão consequência da práxis do leitor. Essa questão nos remete, mais uma vez, ao entendimento de que a ficção, nos termos dos estudos literários, não é a realidade não porque esteja destituída de atributos reais, mas porque organiza a realidade de tal modo, que esta se torna comunicável, razão pela qual que não se confunde com aquilo que ele organiza.

Na continuidade desse raciocínio, encontra-se a ficção - frise-se - sob o signo de um paradoxo, porque ela nem denota a realidade nem é o seu reflexo, mas é criada como um complemento seu, produzindo-se, na leitura, como impressão de realidade. Por isso, para Iser, a pergunta "o que a ficção significa?"

deve ser substituída pela investigação do seu efeito, em razão do caráter de interação entre texto e leitor.

Importante também para a compreensão sobre esse processo interacional são os conceitos de Iser sobre o repertório e sistemas de sentido. O imaginário nos perturba ao fazer a realidade referente, dissolvendo-a, em virtude da experiência de algo radicalmente diferente, outro, “irreal”, potencializado por uma intervenção ativa de produção de sentido do sujeito interpretante.. Para Iser, o texto ficcional vive das estruturas previamente existentes de apropriação do mundo. Com os sistemas, ele compartilha, contudo, o traço por ser também um sistema constitutivo de sentido. Isso significa que em sua construção se mostram as seleções necessárias para a estabilização do sentido, que podem ser comprovadas pelo repertório escolhido. O texto ficcional igualmente conhece possibilidades de sentido dominante, virtualizadas e negadas. Como ele se refere apenas aos sistemas de seu ambiente, as operações do texto constitutivas de sentido sempre neles interferem (ISER,1996). Tais interferências não têm o caráter de cópia, porque o texto ficcional possui outros objetivos em seus processos de seleção; logo outras conseqüências; o que significa dizer que não se atualiza, por intermédio do texto ficcional, nenhuma reprodução de sistemas de sentido dominantes, mas tudo aquilo que é virtualizado, negado e daí excluído e, paradoxalmente, referem-se a algo que não pertence à estrutura do sistema, mas que simultaneamente se atualiza como o seu limite. Em outras palavras, os textos são ficcionais porque sua meta não é denotar um sistema de sentidos a eles correspondente, mas o seu horizonte de matizes, o seu limite.

O repertório, por sua vez, é constituído de normas extra-textuais e alusões às literaturas do passado - às vezes, tradições inteiras. Segundo Iser, o primeiro elemento do repertório - as normas extra-textuais - advêm dos chamados sistemas epocais de sentido e o outro, do arsenal de padrões de articulação, através dos quais a reação dos textos a seus ambientes é formulada pelas literaturas do passado. O que caracteriza o repertório é a transcodificação de valores, ou seja, no repertório se apresenta sempre um contexto de referências dominantes, virtualizadas e negadas, evidenciando várias possibilidades de uso que são experimentadas textualmente pelo leitor. Nessa dinâmica, que pressupõe uma atitude seletiva, isto é, o leitor toma decisões no contexto de referências do repertório, há um processo de complementação dos *déficits* desse mesmo sistema

de referências que, ao serem equilibrados, quando descobertos, acabam por produzir uma reação à realidade criada pelo texto ficcional, levando-o a uma experiência imaginária da realidade. Na seleção, os elementos contextuais são delimitados para serem transgredidos; o que é acolhido pelo texto se desvincula de todas as determinações dos sistemas de onde foram retirados. A seleção, como um ato de fingir, escolhe e exclui, e o escolhido sofre um reforçamento pelo que é ausentado. Há nisso um dado importante, porque o mundo presente no texto ficcional é resultado de uma dialética entre a ausência e a presença; em outras palavras, o que se presentifica no texto ficcional é apontado pelo que se ausenta, e esta ausência é assimilada pela presença. O ato de seleção, portanto, ao constituir os campos de referência do texto e, a partir daí, tensionarem a ausência e a presença, a semelhança e a diferença, faz cair por terra a concepção de que os sentidos vinculam-se ou encontram a sua origem na intenção autoral. Os sentidos de um texto, assim como os do mundo, são modelações dos sujeitos.

Diante dessas considerações, a atividade do *fingire*, de criar, configurar, elaborar, idear, pressupor e os seus produtos, ou seja, a pressuposição fingida e o surgimento do irrepresentável como realidade ativada pelo imaginário ficcional informa-nos o duplo caráter das ficções literárias. De um lado, elas produzem conhecimento, oferecendo aos sujeitos a oportunidade de pensarem a sua própria diferença e multiplicidade através da desconstrução dos modelos socialmente estabelecidos e admitidos como realidade e, de outro, indagam sobre tal processo; como construções não só permitem uma compreensão do mundo, mas igualmente nos possibilitam o nosso movimento nesse próprio mundo.

Se as ficções, conforme Iser, não existem apenas como textos ficcionais, não se pode, portanto, negligenciar a presença das sociedades midiáticas e a proliferação de suas ficções operacionais. Assim, é possível um investimento na hipótese de que - em meio às complexas manifestações das ficções sociais que engolfam e imobilizam os indivíduos, prescrevendo-lhes experiências limitadoras pelo poder das mídias eletrônico-digitais de doarem a realidade e diante da constatação de que o homem ficou preso “na utopia de um artefato superior a si mesmo, a quem é preciso, no entanto, vencer para salvar a própria pele” -, as ficções literárias surgem como um importante contraponto a esse quase determinismo, reconhecível em alguns aspectos das teses de Baudrillard (2002, p.119).

É preciso considerar ainda que, como nossa perspectiva histórica do conhecimento, da verdade e da realidade vem sendo alterada de modo cada vez mais radical, abre-se espaço ao entendimento de que a ciência é uma dentre as muitas ações sociais complexas produtoras de estetizações, de artefatos ficcionais. Nesse passo, as ficções do mundo social, em particular as do científico, e as do mundo literário produzidas pelos textos ficcionais não podem ser pensadas como discursos rivais, pois que nelas verdade e conhecimento podem ser articuladas no marco categorias estéticas.

Na contemporaneidade, assistimos, de um lado, a uma "maquinaria da vivência" em que a realidade, "confeitada" pelas tecnologias do virtual e pela virulência com que os sistemas midiáticos disponibilizam realidades uniformes e anônimas, parecendo moldadas para quaisquer indivíduos no silêncio de seu anonimato. De outro lado, todavia, a insistência no desenvolvimento de uma cultura do ponto cego, consoante o que vislumbrou Wolfgang Iser, integrada a uma consciência de que também, do ponto de vista epistemológico, construímos a estetização do mundo em nível profundo, pode sinalizar não apenas as oportunidades de uma análise dos fenômenos de ficcionalização sem que estes sejam inscritos em mais uma ordem de desqualificação, de fraude, ou ainda, de estratégia cujo objetivo é a dissolução da razão e da validade de seus produtos. Quando se pensa na razão, é preciso dizer que se está pensando na construção de uma razão aberta e criadora e não no seu produto menor, vale dizer, as racionalizações que objetivam explicar o mundo a partir de uma única matriz.

Modalizando a razão e suas virtualidades instrumentais, relativizando-a, portanto, e destinando-a a finalidades criadoras e abertas, ter-se-á, quem sabe, a consciência de que a urdidura do mundo e da vida, da verdade e do conhecimento encontram sua potência principal e fundadora na dimensão do estético.